

Dolarização e prefixação dividem equipe econômica

HELIVAL RIOS

A equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, está dividida: uns defendem a **prefixação** de preços nos moldes da que já está mantida pela medida provisória, para os salários; outros querem a **dolarização**; e há, ainda, os que defendem a adoção de medidas administrativas para combater a inflação, concentrando-se maiores esforços no combate ao abuso de preços dos oligopólios, no aprimoramento das medidas coercitivas ao abuso do poder econômico, e maior abertura para os importados.

O maior obstáculo para os que defendem a prefixação está no alcance desta medida, ou seja, como adotá-la senão através de uma grande costura política, um verdadeiro pacto social. E se uma prefixação bem-sucedida tem de vir na esteira de um pacto reunindo Governo, políticos e agentes econômicos, como fazê-lo, numa hora em que o Governo começa a cair numa zona de desgaste, e em que as expectativas já começam a se deslocar para as próximas eleições presidenciais?

A construção de um pacto para com ele se adotar uma prefixação ampla, que fosse eliminando, mês a mês, a indexação na economia, através da imposição de redutores aos índices, para efeito de repasse aos valores contratuais, preços e salários, parece cada vez mais difícil, pois exigiria elevado poder de articulação e muita credibilidade do atual Governo. Tais pré-requisitos são escassos no atual momento vivido pelo Governo, que traduz uma imagem de apatia e de baixo poder de fogo perante os mais graves problemas nacionais.

Dolarização — Já a dolarização, segundo seus defensores na equipe do Governo, aparentemente seria mais simples. Ela não exigiria nenhuma grande costura política a nível nacional e seria, neste sentido, uma decisão adotada de cima para baixo, a exemplo de todos os planos heterodoxos.

Mas para que a dolarização não se converta numa medida de efeitos passageiros, ela teria de vir respaldada pelo equilíbrio fiscal, como fez a Argentina. Fazer uma dolarização sem se cuidar, antes, de eliminar o déficit público operacional, para vários economistas de dentro do Governo, é pura perda de

tempo.

Esta evidência remete a **dolarização** também para uma negociação política, ou seja, um acordo com o Congresso para se extinguir completamente o déficit público. Isto é uma tarefa difícil, é verdade, mas é menos complicado do que um amplo pacto social envolvendo não só o Congresso mas todos os agentes econômicos (empresários, trabalhadores e consumidores).

Alívio — Para zerar, de fato, o déficit público, o Governo teria de mexer em pontos vitais da estrutura sócio-econômica e política do País, como a mudança do sistema previdenciário, extinguindo a aposentadoria por tempo de serviço e estipulando uma idade mínima. Isto daria grande alívio nos desembolsos futuros para a cobertura dos novos benefícios, mesmo que fossem preservados os direitos adquiridos (o condicional deve-se a que, para efeito de revisão constitucional, não há direitos adquiridos, segundo notórios constitucionalistas). Teria também, para se acabar com o déficit, que se redistribuir os encargos entre União, estados e municípios, avançando numa redefinição do sistema federativo que se quer ver implantado; de repensar a questão da estabilidade do servidor público; e de redesenhar o sistema tributário nacional, de modo a dotá-lo de maior eficácia e agilidade.

Caminho — Definido este aspecto da extinção efetiva do déficit público, via revisão constitucional, o caminho estaria teoricamente pavimentado para a dolarização bem-sucedida. Dever-se-ia, então, escolher entre uma dolarização direta, como no modelo do ministro da Fazenda argentino, Domingos Cavallo, ou uma dolarização indireta, segundo a qual os preços seriam cotados não em dólar, mas numa moeda escritural — um título público forte — que seria forte porque estaria lastreado nos US\$ 25 bilhões das reservas internacionais.

Esta moeda escritural iria, na prática, e gradativamente, substituindo o cruzeiro real até se consagrar completamente no mercado. Quando isso ocorresse, ela deixaria de ser moeda escritural e passaria a ser, de fato, uma moeda corrente, o novo padrão monetário, extinguindo-se a moeda velha (no caso, o cruzeiro real).



Fernando Henrique voltou a defender o combate à inflação, que ele não considera mais "convivível"

Givaldo Barbosa